

Afastamento laboral por transtornos mentais entre os servidores da prefeitura municipal de Manaus: uma análise preliminar

Technical clearance for mental disorders among the servers in the city hall of Manaus: a preliminary analysis

Vívian Silva Lima Marangoni¹; André Luiz Machado das Neves²; Zilmar Augusto de Souza Filho³; Gizelly de Carvalho Martins⁴

Resumo

O presente trabalho teve o propósito de investigar as ocorrências de afastamentos laborais decorrentes de transtornos mentais entre os servidores da Prefeitura Municipal de Manaus – PMM, registrados pela Junta Médica do Município, no período de janeiro a dezembro de 2011. Encontrou-se, após a análise documental, dados de extrema significância que convergem com inúmeros estudos os quais assinalam a natureza do trabalho como fator de risco para o adoecimento mental. Verificou-se, através dos mesmos, que os transtornos mentais estão entre as maiores causas de afastamentos das atividades laborais, especialmente entre os servidores da área da saúde e da educação, representando 10% do total de licenças concedidas em 2011. Esses achados poderão subsidiar futuros estudos que tenham como foco a promoção de saúde e a qualidade de vida desses profissionais, constituindo-se em um grande desafio para os gestores públicos.

Palavras chave: Trabalho. Transtorno mental. Afastamento laboral. Servidores públicos.

Abstract

This study aimed to investigate the occurrence of work absenteeism due to mental disorders among the servers of the Prefeitura Municipal de Manaus - PMM, registered by the Medical Board of the Municipality, between January and December 2011. After the documentary analysis, data of extreme significance that converge with numerous studies which indicate the nature of work as a risk factor for mental illness were found. It is through them that mental disorders has been a major cause of absence from work activities, especially among the servers in the area of health and education, representing 10% of total permits issued in 2011. These findings may support future studies that focus on health promotion and quality of life of these professionals, thus becoming a major challenge for policy makers.

Keyword: Work. Mental disorders. Work absenteeism. Public Servers.

¹ Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília - UnB. Professora Assistente na Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: vivianslima@hotmail.com

² Doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenador do Núcleo de Estudos Psicossociais em Direitos Humanos e Saúde da ESA/UEA. E-mail: andre_machadostm@hotmail.com

³ Doutorando em Enfermagem na Saúde do Adulto pela Universidade de São Paulo. Professor da Escola de Enfermagem de Manaus da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: augusto.eem.ufam@hotmail.com

⁴ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Professora Assistente da Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: gizadcm@hotmail.com

Introdução

A relação do homem com o trabalho tem sido amplamente estudada pelos variados campos da ciência: administração, psicologia, ergonomia e sociologia. Codo, Soratto e Vasques-Menezes (2004) apontam que o trabalho permite, constrói e expressa o indivíduo. Ou seja, em sua noção mais ampla, o trabalho ocupa um lugar fundamental na dinâmica subjetiva do indivíduo, podendo ele ser fonte de garantia de subsistência, posição social, prazer e satisfação. Contudo, quando ele é desprovido de significados, sem suporte social, não valorizado ou quando representar fonte de ameaça à integridade pode desencadear sofrimento psíquico (BRASIL, 2001).

Muitos estudos têm apontado o trabalho como fator de risco para adoecimento mental. Dentre eles, observa-se uma atenção especial com relação ao adoecimento de servidores públicos, com destaque para profissionais da área da saúde e da educação. Dessa forma, o sofrimento psíquico tem sido uma das maiores causas de afastamento das atividades laborais e, por conseguinte, constitui-se em um desafio para os gestores públicos (CODO; SORATTO; VASQUES-MENEZES, 2004; LIMA, 2009; NOGUEIRA et al., 2010; TRIGO; TENG; HALLAK, 2010).

Na tentativa de uma melhor compreensão sobre a relação entre trabalho e adoecimento mental, faz-se necessário mencionar alguns conceitos ligados a essa diáde. Partindo-se do conceito de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde – OMS – e de uma proposta epidemiológica abordar-se-á a relação entre saúde e trabalho, bem como a prevalência de psicopatologias relacionadas ao trabalho em distintas regiões brasileiras. Essa discussão é fundamental para subsidiar uma reflexão sobre as estatísticas fornecidas pela Junta Médica do município de Manaus sobre as causas do afastamento de servidores públicos. Considerando

os relatórios de 2011 a 2015, disponibilizado para os pesquisadores⁵, dos afastamentos no ano de 2011, evidenciou-se um período com elevado índice de afastamentos de servidores por ocasião de diagnósticos de “transtornos mentais”.

Este artigo está dividido em: a) referencial teórico, com conceitos fundamentais para compreensão do fenômeno, bem como pesquisas que tiveram como foco o adoecimento mental em trabalhadores; b) metodologia, especificando as estratégias utilizadas para coleta e análise dos dados; c) apresentação e discussão dos resultados encontrados; e e) reflexões finais, com sugestões de novos estudos.

Este artigo tem como objetivo apresentar as ocorrências de afastamentos laborais decorrentes de transtornos mentais entre os servidores da Prefeitura Municipal de Manaus, Amazonas, registrados pela Junta Médica do Município.

Saúde Mental e Trabalho

A psicologia das organizações e do trabalho vem se debruçando na tentativa de compreender a relação entre trabalho-saúde-doença. Os pesquisadores da área seguem diferentes abordagens; as três mais frequentes são: a teoria do estresse, a psicodinâmica do trabalho e a abordagem epidemiológica. Inicialmente, será realizada uma breve conceituação dessas abordagens, contudo será explicada de forma mais aprofundada a terceira abordagem, uma vez que ela será a norteadora do presente estudo.

A teoria do estresse afirma que o estresse é uma síndrome específica constituída por alterações fisiológicas não específicas, resultantes da necessidade de adaptação e ajustamento frente às pressões do meio. Faz parte da vida dos seres humanos, porém se constitui prejudicial à medida que se torna crônico, podendo levar ao adoecimento. Manifesta-se em três fases: a) reação de alarme em função de ameaças reais e/ou imaginárias; b)

⁵ Este artigo é um recorte de uma pesquisa documental mais ampla, que analisa as prevalências de licenças médicas concedidas por “transtornos mentais” entre os servidores da Prefeitura Municipal de Manaus.

resistência; c) exaustão. Os estudiosos da referida teoria têm seus olhares voltados para identificação e prevenção de fatores estressores no campo do trabalho e das organizações (CODO; SORATTO; VASQUES-MENEZES, 2004).

Por sua vez, a psicodinâmica do trabalho, que tem como seu principal expoente Jacques Cristhophe Dejours, privilegia a normalidade sobre a patologia. Essa teoria busca compreender o motivo pelo qual certos trabalhadores se mantêm psicologicamente equilibrados mesmo em condições desestruturantes de trabalho (CODO; SORATTO; VASQUES-MENEZES, 2004; JACQUES, 2003).

A abordagem epidemiológica e/ou diagnóstica parte do conceito de saúde preconizado pela Organização Mundial de Saúde – OMS – que a considera como um constructo multidimensional que inclui o bem-estar físico, psíquico, social e espiritual. Para além do modelo curativo biomédico, saúde e doença são processos sociais que se transformam de acordo com o tempo e com a cultura. Essa definição ultrapassa a noção simplista de saúde como mera ausência de doença (BRASIL, 2006). Sampaio e Messias (2002, p. 147) conceituam a epidemiologia como sendo,

Ciência social, prática aplicada que estuda a distribuição, determinação e modos de expressão para fins de planejamento, prevenção e produção de conhecimento, de qualquer elemento do processo saúde/doença em relação a população qualificada nos elementos sócio-econômicos-culturais que a possam tornar estruturalmente heterogênea.

Esse conceito converge com as ideias de Codo, Soratto e Vasques-Menezes (2004, p. 289) quando apontam que essa é uma abordagem “[...] que tem como preocupação básica a produção de conhecimentos sobre o processo de saúde-doença, o planejamento de ações de políticas de saúde e a prevenção de doenças.” Fica claro que, a partir da ideia multicausal de doença, a epidemiologia se propõe a investigar os determinantes do adoecimento. Para tanto, os epidemiologistas utilizam vários métodos,

tais como diagnóstico com públicos específicos para levantamento de agravos recorrentes, observação e registro de condições e ambientes de trabalhos, escalas e questionários de saúde geral e saúde mental, entrevistas e estudo de caso.

A partir de seus pressupostos e métodos de investigação utilizados, fica clara a convergência da epidemiologia com os objetivos desse estudo, que consiste na relação trabalho e adoecimento mental em servidores públicos.

Trabalho, Satisfação e Saúde Mental

O artigo XXIII da Declaração dos Direitos Humanos afirma que toda pessoa tem direito e livre escolha ao trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho (Declaração dos Direitos Humanos *in* VASCONCELOS, 2009). O trabalho é uma prática transformadora da realidade que viabiliza a sobrevivência e a realização do ser humano, essencial para o estabelecimento do vínculo entre homem, natureza e sociedade (BORGES; YAMAMOTO, 2004; MALVEZZI, 2004).

O trabalho é uma importante dimensão na vida dos seres humanos e sua participação na realização pessoal e bem-estar, bem como sua contribuição para o adoecimento vem sendo amplamente discutidos na literatura (CODO; SORATTO; VASQUES-MENEZES, 2004; LIMA, 2009; NOGUEIRA et al., 2010; TRIGO; TENG; HALLAK, 2010). Quando o trabalho é percebido como algo significativo e recompensador, ele pode ser visto como fonte de prazer e satisfação. Rebouças, Legay e Abelha (2007) definem satisfação no trabalho como um estado emocional resultante de uma complexa interação entre as características dos profissionais, valores individuais e organizacionais, natureza da tarefa, expectativas com o ambiente, organização do trabalho e estilo gerencial.

Por outro lado, quando o trabalho é visto como vazio, extenuante e aterrorizador ele pode ser fonte de estresse ocupacional e outros distúrbios físicos e psíquicos. Vasconcelos (2009) aponta como fatores de

prejuízo à saúde física e mental dos trabalhadores, as prolongadas jornadas de trabalho, o ritmo acelerado de produção, excesso de tarefas e remuneração baixa em relação à responsabilidade e complexidade das atividades executadas. Assim, o trabalho deixa de ser visto como fonte de prazer, de vínculos sociais e de retorno material, para tornar-se sofrimento, exploração e, em alguns casos, o comprometimento da saúde mental. A OMS (apud LIMA, 2009, p. 77) define saúde mental como sendo,

[...] capacidade do indivíduo, do grupo e do ambiente de interagirem entre si de modo a promover bem-estar subjetivo, o desenvolvimento ótimo e o uso de habilidades mentais (cognitivas, afetivas e relacionais), o alcance de objetivos individuais e coletivos consistentes com justiça, alcance e preservação das condições de igualdade fundamentais.

É possível dizer que gozam de saúde mental aqueles indivíduos que tenham a capacidade de realizar atividades produtivas e satisfatórias, bem como de estabelecer vínculos sadios com outrem. Dessa forma, pode-se inferir que, assim como satisfação no trabalho implica em saúde mental, trabalhos frustrantes contribuem para o adoecimento mental. Assim, justifica-se uma reflexão sobre as condições de trabalho no serviço público como fatores condicionantes para o adoecimento mental.

Alguns estudos (CARNEIRO, 2006; REBOUÇAS; LEGAYS; ABELHA, 2007; SILVA, 2009) têm buscado apontar fatores que possam contribuir para o comprometimento da saúde física e psíquica de servidores públicos. Entre esses fatores, pode-se destacar: a burocratização como impedimento para o desenvolvimento de potencialidades; a insegurança diante de mudanças políticas e estruturais; a visão negativa de servidores atribuída pela sociedade e por gestores; características próprias de certas áreas, e reduzido número de programas de atenção à saúde do trabalhador.

Silva (2009) aponta como uma das principais causas do adoecimento em servidores públicos a intensa burocratização inerente ao serviço público.

Submetidos a um modelo tradicional de gestão, os servidores estão limitados ao cumprimento de atribuições específicas de seu cargo, com pouca flexibilidade para utilizar seu potencial criativo, levando-os, muitas vezes à desmotivação e à mecanização do trabalho. Por outro lado, uma vez que o servidor se acomoda e se adapta a uma forma rígida de funcionamento, mudanças estruturais e políticas podem ser novas fontes de tensão e estresse. Ou seja, ele está duplamente vulnerável, seja adaptado ou não, ele é levado a um trabalho empobrecido e limitante.

Carneiro (2006), por sua vez, aponta como uma das causas de adoecimento do servidor, sua imagem estereotipada e negativa perante a sociedade e os próprios gestores. Permanece a visão do servidor como fraudador e descompromissado que usa artifícios como atestados médicos para se esquivar de suas atribuições. Essa desvalorização do servidor público, compartilhada socialmente, gera desprestígio social, levando muitos trabalhadores a sentimentos de incompetência e baixa autoestima.

Assim, como apontado nos estudos supracitados transtornos mentais e comportamentais estão entre as maiores causas de afastamento no trabalho em servidores públicos.

CID-10 e Transtornos Mentais

É evidente que pessoas com distúrbio psicológico, sofrimento psicológico ou doença mental tem a capacidade para o trabalho comprometida. (CODO; SORATTO; VASQUES-MENEZES, 2004). Esses termos são estudados por uma área da psicologia, chamada psicopatologia e descritos no Código Internacional das Doenças – CID-10 – na categoria F que trata de transtornos, distúrbios e síndromes mentais e comportamentais, os quais serão aqui apresentados.

Várias classificações foram criadas para identificar, classificar e notificar doenças. No final do século XIX foi criada uma Lista Internacional de Causa de Morte, que após sucessivas reformulações transformou-se no que hoje é conhecida como Código Internacional

de Doenças – CID. A última reformulação realizada em 1983 definiu os parâmetros do atual código, que tem por finalidade padronizar e catalogar as doenças e problemas relacionados à saúde, tendo como referência a Nomenclatura Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, estabelecida pela OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2007).

O CID-10 constitui-se em uma lista de doenças representadas pelas letras do alfabeto seguidas de números para diferenciação dos subgrupos. No capítulo “F” encontram-se síndromes e transtornos mentais e comportamentais que são o foco deste trabalho. Dessa forma, vê-se a necessidade de definição desses conceitos de acordo com a psicopatologia.

Dalgalarondo (2010) define as síndromes como uma descrição de agrupamentos relativamente constantes e estáveis de determinados sinais e sintomas. Os transtornos mentais, por outro lado, são configurados como entidades nosológicas, ou seja, são fenômenos mórbidos nos quais se podem identificar a etiologia, a evolução, o prognóstico, estados terminais típicos, mecanismos psicológicos e psicopatológicos característicos, antecedentes genético-familiares e os possíveis tratamentos.

Percebe-se que as propostas dos trabalhos supracitados convergem com o objetivo do presente estudo que consistiu em investigar o fenômeno das ocorrências de afastamentos laborais por sofrimento psíquico de servidores da Prefeitura Municipal de Manaus em 2011.

Método

Caracterização da organização pesquisada

A Prefeitura Municipal de Manaus – PMM – é composta por órgãos da administração direta e indireta, totalizando catorze secretarias, duas fundações, seis órgãos vinculados, três órgãos de serviço social autônomo e oito órgãos de assessoramento e assistência direta. O censo de servidores municipais referente ao

ano de 2011 mostrou um total de 31.399 trabalhadores. Do total levantado, 68,10% são servidores estatutários, 22,08% servidores temporários, 6,85% servidores comissionados e 2,97% representam os celetistas. O referido estudo também aponta que do total de servidores 63,46% são mulheres e 36,54% são homens, com predominância ao sexo feminino na área de educação, chegando a 78%. A faixa etária predominante dos servidores públicos municipais varia de 31 a 50 anos, equivalendo a 64,5%.

Percurso Metodológico

Trata-se de um estudo com enfoque na pesquisa social em saúde, com abordagem quantitativa, por se tratar de uma investigação que focaliza o fenômeno saúde/doença e sua representação no universo de trabalhadores da Prefeitura Municipal de Manaus (MINAYO, 2008). Os dados levantados foram fornecidos pela Junta Médica da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Manaus.

Como estratégia de coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007) esse tipo de pesquisa tem o propósito de descrever e comparar tendências, diferenças e outras características. De acordo com Lima (2008, p. 56), “[...] a pesquisa documental pressupõe o exame e o reexame de materiais que ainda não receberam qualquer tratamento analítico, no objetivo de fundamentar interpretações novas ou complementares sobre o que está sendo investigado.”

No presente estudo, os dados analisados constituíram-se através de fonte primária, produzido pelos profissionais que receberam, analisaram e emitiram laudos periciais, tendo eles participado diretamente na produção do material investigado. Cabe ressaltar que o levantamento de dados com frequências absolutas dos afastamentos concedidos aos servidores da Prefeitura Municipal de Manaus no ano de 2011 foi fornecido pela Junta Médica Pericial do Município.

Por se tratar de uma tentativa de organizar, resumir e descrever dados coletados, neste estudo foi

realizado uma estatística descritiva, procedendo-se com as seguintes etapas: 1) solicitação à Junta Médica do Município de Manaus dos dados relacionados aos afastamentos do trabalho; 2) do universo de afastamentos, foram filtrados aqueles relacionados a causas mentais e comportamentais, correspondentes à categoria F do CID-10; 3) os dados contabilizados na etapa anterior foram distribuídos entre as subcategorias “F” do CID-10, a fim de verificar as maiores prevalências; 4) os dados obtidos foram subdivididos em função da categoria profissional e do gênero.

A análise dos dados se deu por meio dos dados descritivos em tabelas, através da distribuição das frequências absolutas e relativas. Isto possibilitou a realização de inferências simbólicas e interpretativas, oportunizando aos pesquisadores estabelecer correlações entre saúde e trabalho. Os resultados encontrados, bem como as interpretações deles resultantes podem futuramente servir de subsídios para formulações de políticas e programas com foco na promoção de saúde do trabalhador da Prefeitura Municipal de Manaus.

Essa pesquisa seguiu os aspectos éticos da resolução vigente do Conselho Nacional de Saúde, conforme a sua caracterização enquanto pesquisa documental. Solicitou-se no dia 01 de setembro de 2014 os relatórios anuais (2011-2015), por meio de uma carta de anuência, junto à Secretaria Municipal de Educação do Município onde a Junta Médica encontra-se vinculada. Os relatórios foram fornecidos *online*.

Resultados e Discussão

Diante dados fornecidos pela Junta Médica do Município, os achados revelaram que foram concedidas 11.117 licenças no período de janeiro a dezembro de 2011, sendo 1.115 licenças referem-se à categoria F do CID-10, contabilizando um percentual de 10% do total de afastamentos concedidos. Destaca-se que o mês de maio, no referido ano, apresentou o maior número de concessões de licenças para afastamentos (1.181). Entretanto, houve maior ocorrência da categoria F nos meses julho, com 127 e setembro com 122 (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição das licenças médicas, por categoria do CID-10, concedidas aos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Manaus, 2011.

Meses	Categoria F		Demais Categorias		Total
	N	%	N	%	
Janeiro	59	8,6	627	91,4	686
Fevereiro	95	9,8	877	90,2	972
Março	76	8,2	850	91,8	926
Abril	77	8,6	895	91,4	972
Maio	100	9,3	1081	90,7	1.181
Junho	95	9,3	923	90,7	1.018
Julho	127	12,1	920	87,9	1.047
Agosto	77	12,6	536	87,4	613
Setembro	122	11,1	977	88,9	1.099
Outubro	100	14,7	579	85,3	679
Novembro	109	10,3	949	89,7	1.058
Dezembro	78	9,0	788	91,0	866
Total	1.115	10,0	10.002	90,0	11.117

Fonte: Autor.

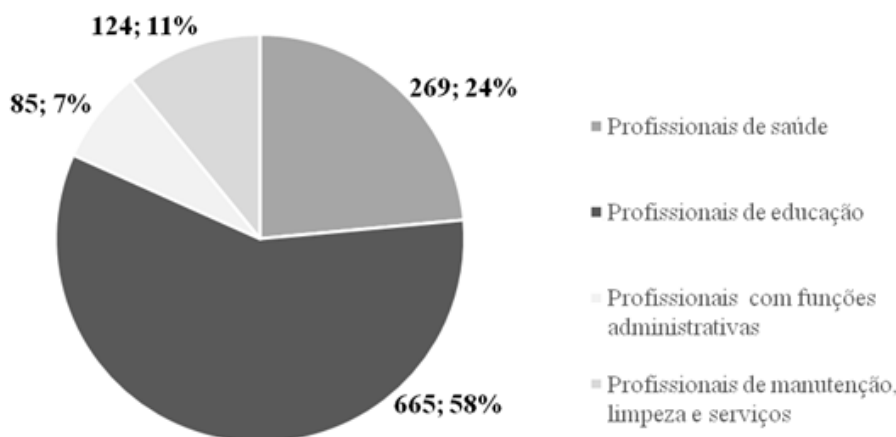
Observa-se na tabela 1 que no decorrer do ano ocorreram variações que apontam para um aumento da prevalência do grupo F a partir do segundo semestre. Essa constatação pode ser notada pelo cálculo do percentual das licenças relacionadas aos transtornos mentais e comportamentais/total de licenças concedidas em 2011.

Em muitos estudos relacionados aos afastamentos laborais há uma significativa ocorrência de transtornos mentais em trabalhadores. Andrade et al. (2008), buscando determinar a prevalência e as principais causas de absenteísmo entre os servidores públicos municipais de Vitória-ES, no período de janeiro de 2005 a agosto de 2007, 16,39% dos servidores afastados foram decorrentes de transtornos mentais e comportamentais. Outro estudo similar realizado no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde de São

Paulo, Sala et al. (2009) apontam como os motivos mais frequentes de licenças médicas as doenças osteomuscular e do tecido conjuntivo, com 21% dos diagnósticos e, em segundo lugar, os transtornos mentais e comportamentais com 19,2%. Costa, Vieira e Sena (2009) investigaram as causas de afastamento laboral entre os membros da equipe de enfermagem de um hospital-escola em Montes Claros/MG e concluíram que esses transtornos correspondem a quarta maior parcela de afastamentos do trabalho.

Dentre as licenças no estudo em tela, observou-se uma prevalência de afastamentos do trabalho relacionado aos transtornos mentais e comportamentais em algumas categorias profissionais. O resultado encontrado converge com o que vem sendo apontado por estudos anteriores, comprovando uma maior vulnerabilidade dos profissionais da saúde e da educação para o adoecimento mental (Figura 1).

Figura 1 - Distribuição das licenças médicas, por agrupamento profissional, concedidas aos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Manaus, 2011.



Fonte: Autor.

Evidencia-se na figura acima que a categoria profissional que mais se afastaram por transtornos mentais e comportamentais foram os profissionais de educação com 58% das licenças concedidas em 2011. Com 24% estão os profissionais de saúde. Seguido dos profissionais da área de manutenção, limpeza e serviços com 11% das licenças. E, por fim, 7% dos profissionais com funções administrativas.

Algumas categorias profissionais do serviço público vêm sendo estudadas de forma mais contundente em pesquisas que tratam de saúde. Os profissionais da educação estão entre os primeiros colocados no *ranking*, sobretudo no comprometimento psicológico (CARLOTTO; PALAZZO, 2006; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; SANTINI; MOLINA NETO, 2005). Esses estudos

buscam compreender a relação entre o adoecimento e a docência, apontando alguns fatores de risco tais como: a sobrecarga de atividades, multiplicidade de papéis, relacionamento com os pais dos alunos, pouca participação em decisões institucionais, necessidade de atualização profissional, precárias condições de trabalho, pressão por produtividade, violência, falta de capacitação para lidar com o advento da inclusão e desvalorização social da profissão.

Profissionais de saúde das várias categorias como medicina, enfermagem, psicologia, fisioterapia e outras têm aparecido na literatura como ocupações de risco para o comprometimento da saúde. A baixa remuneração, o risco de processos legais, a exigência por qualificação, a pressão por produtividade e resolutividade e a proximidade com o sofrimento, com a doença e com morte são alguns dos fatores apontados por essa prevalência (ABREU et al., 2002; NASCIMENTO SOBRINHO et al., 2006; NOGUEIRA-MARTINS, 2003; REBOUÇAS; LEGAYS; ABELHA, 2007).

Quanto ao gênero, no que se refere o registro dos afastamentos, revela-se uma alta predominância de licenças concedidas ao sexo feminino, totalizando 869 contra 274 para o sexo masculino.

Essa prevalência pode ser justificada pela feminilização nas áreas de educação e saúde. Contudo,

um estudo relacionou o gênero aos transtornos mentais comuns como depressão e estresse, na qual as mulheres foram as mais vulneráveis ao adoecimento, principalmente ocasionadas por assédio moral e sexual (LIMA, 2009).

Com relação às subcategorias F do CID-10 encontradas nas licenças, aponta-se 38,7% no subgrupo F32.0, correspondente a episódios depressivos leves. 14,9% o subgrupo F43.0 e, 14,6%, o subgrupo F32.2, representando respectivamente reação aguda ao estresse e episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos. É importante ressaltar que a comorbidade entre F32.0 e F43.0 também se apresenta em grande proporção entre os afastamentos registrados.

Nesse contexto, Souza e Reis (2013) em uma pesquisa de abordagem qualitativa, revelaram a necessidade de ampliar a discussão sobre o adoecimento e o que está no campo do cuidado com a saúde do trabalhador, pois nem sempre as instituições públicas reconhecem a inter-relação física e psíquica. Nesse sentido, uma reflexão sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho, Dejours (1999 apud SOUZA; REIS, 2013) focaliza dinâmicas que conduzem ora ao prazer, ora ao sofrimento, e constata que as consequências desses sentimentos podem seguir diferentes desdobramentos, inclusive culminar em patologia mental ou psicossomática.

Tabela 2 - Distribuição dos diagnósticos, de acordo com o CID-10, concedidas aos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Manaus, 2011.

Código do CID-10	Descrição do CID-10	Total	
		N	%
F32.0	Episódio depressivo leve	456	38,7
F43.0	Reação aguda ao "stress"	175	14,9
F32.2	Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos	172	14,6
F41.0	Transtorno de pânico [ansiedade paroxística episódica]	118	10,0
F31.0	Transtorno afetivo bipolar, episódio atual hipomaniaco	79	6,7
F33.0	Transtorno depressivo recorrente, episódio atual leve	42	3,6
F31.4	Transtorno afetivo bipolar, episódio atual depressivo grave sem sintomas psicóticos.	37	3,1
F43.1	Estado de "stress" pós-traumático	36	3,0
F32.1	Episódio depressivo moderado	31	2,7
F41.2	Transtorno misto ansioso e depressivo	31	2,7
Total		1.177	100

Fonte: Autor.

A prevalência dos três grupos confirma o que vem sendo afirmado em estudos que tratam de saúde mental e trabalho, que enfatizam a depressão e a reação aguda ao estresse como transtornos prevalentes em trabalhadores, principalmente profissionais da educação e da saúde.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo apresentar as ocorrências de afastamentos laborais decorrentes de transtornos mentais entre os servidores da Prefeitura Municipal de Manaus, Amazonas, registrados pela Junta Médica do Município. O principal achado deste estudo, portanto, foi a vulnerabilidade das categorias profissionais da educação e da saúde, com destaque para os quadros de depressão e ansiedade como causas desses afastamentos.

Os resultados encontrados afluem com o que vem sendo apontado nos estudos até então mencionados, comprovando maior propensão dos profissionais da saúde e da educação para o adoecimento mental. Nesse universo de indivíduos há uma predominância do gênero feminino, o que pode ser justificado pelo elevado percentual de mulheres no quadro dos servidores da Prefeitura. Concernente às oscilações no decorrer do ano, sugerem-se novos estudos na tentativa de averiguar os motivos pelos quais as mesmas ocorreram.

Acredita-se que, com esta análise preliminar foram reunidos elementos que poderão servir de subsídios a novas investigações, principalmente na tentativa de elucidar os fatores associados às causas dessas licenças.

Haja vista o elevado percentual de afastamentos sugere-se o desenvolvimento e a implantação de programas, com foco na qualidade de vida dos servidores municipais, propondo ações que possam repercutir em sua saúde e bem-estar. O envolvimento do gestor pelo tema saúde do trabalhador pode se transformar em estratégias importantes para a concretização de metas que visem a redução dos impactos do adoecimento mental na vida do servidor.

Referências

ABREU, K. L.; STOLL, I.; RAMOS, L. S.; BAUMGARDT, R. A.; KRISTENSEN, C. H. Estresse ocupacional e síndrome de Burnout no exercício profissional da psicologia. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 22-29, 2002.

ANDRADE, T.; SOUZA, M. G.; SIMÕES, M. P.; ANDRADE, F. Prevalência de absenteísmo entre trabalhadores do serviço público. *Scientia Médica*, Porto Alegre, v. 18, n. 4, 2008.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 24-62.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-americana da Saúde no Brasil. *Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de Procedimentos para Serviços de Saúde*. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *Painel de indicadores do SUS: Saúde da mulher*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. v. 1.

CARLOTTO, M. S.; PALAZZO, L. S. Síndrome de Burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1017-1026, maio 2006.

CARNEIRO, S. A. M. Saúde do trabalhador público: questão para a gestão de pessoas. A experiência na Prefeitura de São Paulo. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 57, n. 1, p. 23-49, 2006.

CERVO, A.; BERVIAN, P.; SILVA, R. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CODO, W.; SORATTO, L.; VASQUES-MENEZES, I. Saúde mental e trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 277-299.

- COSTA, F.; VIEIRA, M.; SENA, R. Absenteísmo relacionado a doenças entre membros da equipe de enfermagem de um hospital escolar. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 62, n. 1, p. 38-44, fev. 2009.
- DALGALARRONDO, P. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- GASPARINI, M. S.; BARRETO, M. S.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, ago. 2005.
- JACQUES, M. da G. C. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 97-116, jan. 2003.
- LIMA, M. C. *Monografia: a engenharia da produção acadêmica*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- LIMA, V. S. *Produzidas no Polo Industrial de Manaus: experiências de mulheres trabalhadoras*. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília – UnB, Brasília.
- MALVEZZI, S. Prefácio. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 13-18.
- MINAYO, M. C. S. *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.
- NOGUEIRA, C. V.; MACIEL, E. C.; MACIEL, R. H.; AQUINO, R. Afastamentos por transtornos mentais entre servidores públicos do estado do Ceará. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 6., 2010, Niterói. *Anais...* Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T10_0253_1085_3.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2016
- NOGUEIRA-MARTINS, L. A. Saúde mental dos profissionais de saúde. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 56-68, 2003.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. *Manual do Código Internacional de Doenças – CID-10*. 10. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2007.
- REBOUÇAS, D.; LEGAY, L.; ABELHA, L. Satisfação com o trabalho e impacto causado nos profissionais de serviço de saúde mental. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 244-250, abr. 2007.
- SALA, A.; CARRO, A. L.; CORREA, A. N.; SEIXAS, P. H. Licenças médicas entre trabalhadores da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo no ano de 2004. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 2168-2178, out. 2009.
- SAMPAIO, J. J. C.; MESSIAS, E. L. M. A epidemiologia em saúde mental e trabalho. In: JACQUES, M. G.; CODO, W. *Saúde mental e trabalho: leituras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 143-171.
- SANTINI, J.; MOLINA NETO, V. A síndrome do esgotamento profissional em professores de educação física: um estudo na rede municipal de ensino de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Educação Física Esportiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 209-222, 2005.
- SILVA, H. L. Desafios na gestão de políticas públicas de saúde ocupacional: implantação e implementação do Programa Fortalecendo as Redes Humanas para a Saúde Integral do Servidor Público de Santa Catarina. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Secretaria da Administração e Previdência, 2009.
- NASCIMENTO SOBRINHO, C. L. N.; CARVALHO, F. M.; BONFIM, T. A. S.; CIRINO, C. A.; FERREIRA, I. S. Condições de trabalho e saúde mental dos médicos de Salvador, Bahia, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 131-140, jan. 2006.
- SOUZA, Z. B.; REIS, L. M. Entre o atender e o ser atendido: políticas em saúde para o trabalhador do serviço público. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 87-106, jun. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000100008&lng=pt&nr_m=iso>. Acesso em: 4 abr. 2016.

TRIGO, T. R.; TENG, C. T.; HALLAK, J. E. C. Síndrome de Bournout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. *Revista Psicologia Clínica*, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 223-233, 2007.

VASCONCELOS, S. P. *Avaliação da capacidade para o trabalho e fadiga entre trabalhadores de enfermagem em um hospital de urgência e emergência na Amazônia Ocidental*. 2009. 91 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Recebido em: 4 ago. 2016.

Aceito em: 18 nov. 2016.

